

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

“O país não suporta mais interferências desse tipo, praticadas nos últimos anos por presidentes de diferentes inclinações ideológicas”

Governo fecha contas de 2024 dentro da meta fiscal

As contas do governo central — que incluem o Tesouro Nacional, o Banco Central e a Previdência Social — fecharam 2024 com déficit primário de R\$ 43 bilhões, o equivalente a 0,36% do PIB brasileiro. Se forem excluídos os gastos extraordinários, como a linha de crédito para a reconstrução do Rio Grande do Sul, o número cai para R\$ 11 bilhões, ou 0,09% do Produto Interno Bruto. Significa, portanto, que o governo encerrou o ano dentro da faixa de tolerância da meta fiscal de 2024, que se estendia até 0,25% do PIB.

Empresas brasileiras enfrentam recorde de impostos e de pedidos de recuperação judicial

Dois indicadores divulgados recentemente mostram como é difícil sobreviver no atribulado e instável ambiente de negócios do país. No ano passado, a arrecadação de impostos federais quebrou recordes, ao mesmo tempo em que os pedidos de recuperação judicial também alcançaram as maiores marcas de todos os tempos. Ou seja, as empresas nunca pagaram tantos tributos e jamais enfrentaram tantas dificuldades para seguir adiante. Não é mesmo fácil a vida do empreendedor brasileiro.

Estudo aponta baixa adesão empresarial às metas de emissões

Enquanto as metas climáticas definidas no Acordo de Paris se tornam cada vez mais desafiadoras, apenas 35% das empresas deverão cumprir os objetivos de redução de emissões estabelecidos por elas mesmas. Por setor, companhias da indústria de vestuário, varejo e geração de energia são as que demonstraram maior progresso. Os dados constam do recém-lançado estudo *Corporate Health Check*, desenvolvido pela ONG internacional CDP, em colaboração com o Fórum Econômico Mundial e a Oliver Wyman.

Agenda fiscal de Lula preocupa, mas promessa sobre Petrobras traz alívio

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva errou e acertou nas declarações que fez durante entrevista coletiva concedida, ontem, no Palácio do Planalto. Um equívoco está aqui: “Se depender de mim, não tem outra medida fiscal”, disse o presidente, ignorando a urgência de maior aperto nas contas públicas. Não custa lembrar mais uma vez: se o país continuar gastando muito, o agravamento do déficit fiscal será inevitável, o que deverá gerar desconfiança nos mercados, aumento da inflação e mais pressão sobre a política monetária — além, é claro, de novas altas nos juros. Mas é preciso reconhecer quando o presidente acerta. Eis um exemplo: “Aprendi que quem autoriza o aumento do petróleo e derivados é a Petrobras, e não o presidente da República”. Isso mesmo. O país não suporta mais interferências desse tipo, praticadas nos últimos anos por presidentes de diferentes inclinações ideológicas. Resta saber se Lula cumprirá a promessa de deixar a estatal agir de forma independente.

Ed Alves/CB/D.A Press



“É insano que Musk possa desestabilizar países inteiros”

Bill Gates, fundador da Microsoft, em crítica à influência desmedida de Elon Musk sobre a política global

Andrew Caballero-Reynolds



RAPIDINHAS

» Entre 2020 e 2023, o Brasil registrou um aumento expressivo de 36% nos eventos climáticos extremos, como chuvas intensas, alagamentos, inundações e enxurradas, de acordo com estudo da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). Minas Gerais lidera o ranking de ocorrências, com 21% dos casos, seguido por Santa Catarina (19%).

» A intensificação dos desastres hidrológicos revela a fragilidade da infraestrutura existente e a falta de políticas públicas eficientes. “Precisamos de melhorias na infraestrutura de drenagem, recuperação e proteção dos rios, planejamento urbano e ações de conscientização pública”, diz Flávio Roscoe, presidente da Fiemg.

» O fundador do LinkedIn, Reid Hoffman, investiu US\$ 24,6 milhões (cerca de R\$ 145 milhões) na criação de uma startup, a Manas AI, voltada ao desenvolvimento de medicamentos com a ajuda dos recursos da inteligência artificial. De início, a empresa focará as pesquisas em tratamentos para câncer de mama e de próstata.

» O Brasil nunca registrou tantos agrotóxicos como em 2024. De acordo com dados do Ministério da Agricultura, 663 produtos foram autorizados no país — o recorde anterior havia sido batido em 2022, com 652 itens. O registro de produtos biológicos também quebrou novas marcas, com 106 bioinsumos permitidos pelo governo.

1,69 milhão

de empregos formais foram gerados no Brasil em 2024, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). O número ficou abaixo das previsões dos economistas

DÍVIDA PÚBLICA

Governo tem déficit de R\$ 43 bi

Apesar do rombo, o resultado ficou dentro da meta fiscal de 2024. Despesas extraordinárias foram excluídas do cálculo

» RAPHAEL PATI

As contas do governo registraram um déficit primário de R\$ 43 bilhões em 2024. De acordo com os resultados do Tesouro Nacional, divulgados ontem, a Previdência Social atingiu R\$ 297,4 bilhões de dívida, enquanto o superávit do Tesouro e do Banco Central somaram R\$ 254,4 bilhões.

Em comparação a 2023, houve queda de 81% no resultado negativo. Excluídos gastos com enchentes no Rio Grande do Sul, incêndios no Pantanal e na Amazônia, além de valores destinados ao Judiciário e ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), O déficit primário foi de R\$ 11,03 bilhões — o equivalente a 0,09% do Produto Interno Bruto (PIB).

Mesmo com o objetivo do governo de marcar déficit zero, com as despesas iguais às receitas, as regras do arcabouço fiscal definem que é permitido registrar um saldo negativo de até 0,25% do PIB, o que equivale a R\$ 28,8 bilhões. Ou seja, na prática, o Executivo cumpriu a meta fiscal.

A variação real no ano passado teve uma receita líquida de 8,9%, somando R\$ 180 bilhões, e as despesas caíram 0,7% (R\$ 15,6 bilhões). Segundo o tesouro, o crescimento real da receita líquida acumulada em 2024 é consequência da soma de aumentos, em valores reais — descontados da inflação — das Receitas Administradas pela Receita Federal, de 12,5% (+R\$ 191,6 bilhões), da Arrecadação Líquida para o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), de 3,6% (+R\$ 23,0



O país vem, nos últimos anos, aumentando os déficits primários. E esse esforço de recuperação é brutal. E a gente foi bem-sucedido numa reversão de tendências, e os resultados são expressivos, em termos de recuperação fiscal”

Rogério Ceron, secretário do Tesouro

bilhões) e das Receitas Não Administradas pela Receita, de 3,6% (+R\$ 12,4 bilhões).

Se fossem excluídos os pagamentos de precatórios dessa conta, o governo central fecharia o ano com crescimento real de 3,5% em relação ao ano anterior. O cálculo ainda mantém as despesas extraordinárias com a crise no Rio Grande do Sul.

Entre os principais elementos que impulsionam as receitas administradas nesse período, estão os ganhos obtidos com Pis/Cofins, que somaram R\$ 78,7 bilhões no ano passado. O Imposto de Renda sobre Pessoa Física (IRPF) gerou receitas de R\$ 60,2 bilhões ao longo do ano.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Mesmo com saldo negativo de R\$ 43 bilhões, governo federal cumpriu meta fiscal de 2024

O imposto de importação, que foi reajustado a partir de agosto do ano passado, para 20% nas compras até US\$ 50, gerou receita de R\$ 21,5 bilhões para o Governo Central. Sobre o aumento de R\$ 23 bilhões na arrecadação do RGPS, o Tesouro explica que o resultado positivo é fruto do acréscimo real da massa salarial, pelo saldo positivo de empregos e aumento real na arrecadação do Simples Nacional previdenciário.

O secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, reforçou que o resultado do ano passado é o segundo melhor da década, o que evidenciaria um processo de recuperação fiscal. “Ainda

que tenhamos desafios pela frente, é inegável que o processo de recuperação fiscal foi intenso. O resultado de 2024 é substancialmente inferior às projeções de mercado”, declarou.

Ceron destacou que os resultados “estão vindo” e que o plano do Tesouro teria sido concluído com 100% nesse processo que ele avalia de reversão do déficit primário. “O país vem, nos últimos anos, aumentando os déficits primários. E esse esforço de recuperação é brutal. E a gente foi bem-sucedido numa reversão de tendências, e os resultados são expressivos, em termos de recuperação fiscal”, disse.

Pelo lado das despesas, os gastos extraordinários do governo, o que inclui as ações de combate aos prejuízos causados pelas chuvas no Rio Grande do Sul somaram R\$ 23 bilhões em 2024. Também houve um aumento relevante no pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) no ano passado, em R\$ 14,7 bilhões.

Outros segmentos que tiveram um avanço no valor nominal das despesas foram as Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo, que atingiram R\$ 16,4 bilhões no período, com uma parte expressiva do seu valor relacionado à Saúde, em R\$ 17,5 bilhões, no total.

Caged: alta de 16,5%

» FERNANDA STRICKLAND

O Brasil registrou um crescimento de 16,5% no saldo de empregos com carteira assinada em 2024, em comparação ao ano anterior. Segundo dados divulgados ontem pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com base no Novo Caged, foram gerados 1.693.673 postos de trabalho, superando a marca de 1.454.124 em 2023.

Apesar do saldo positivo no acumulado do ano, dezembro apresentou uma redução de 535.547 empregos, uma variação negativa de 1,12%, seguindo a tendência sazonal de retração no mercado de trabalho ao final do ano.

Todos os cinco principais setores da economia apresentaram crescimento na geração de empregos em 2024. O setor de serviços liderou com 929.002 postos criados, um aumento de 4,20%, seguido pelo comércio, que gerou 336.110, avanço de 3,28%. No total, foram 1.184.652 vagas. O acumulado de janeiro a novembro de 2024, em todas as áreas, foi de 2.224.102 trabalhos.

A indústria também teve um desempenho expressivo, com 306.889 novos empregos e uma variação positiva de 3,56%, impulsionada, principalmente, pela indústria de transformação, que adicionou 282.488 postos de trabalho. A construção civil contribuiu com 110.921 novas vagas, crescimento de 4,04%.